

# A nova estratégia da esquerda

29 DEZ 1987  
por Andrew Greenlees  
de São Paulo

Um dos principais coordenadores da esquerda no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado José Genoíno (PT-SP), adiantou ontem a estratégia deste bloco na fase final dos trabalhos de elaboração da nova Carta: em primeiro lugar, formular emendas consideradas pelo grupo mais avançadas do que o texto aprovado pela Comissão de Sistematização e levá-las a voto, mesmo correndo o risco de esbarrar na oposição de moderados e conservadores. A seguir, no caso de derrota, apresentar emendas alternativas a itens específicos das propostas defendidas pelos adversários, procurando minimizar o caráter de "retrocesso" que Genoíno prevê para os textos a serem aprovados. "Acho difícil negociar com o 'Centrão'", diz o deputado.

O próprio Genoíno considera pouco provável a manutenção do direito de greve, a proteção contra demissão imotivada e a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas na forma como foram definidos pela Sistematização. Para o deputado petista, haverá fortes pressões no sentido de transferir a ordenação do direito de greve para a legislação ordinária, abrindo a possibilidade de se proibirem paralisações de servidores públicos e serviços essenciais, ao contrário do que existe no projeto atual.

A proteção contra demissões injustas também deverá ter sua regulamentação definida em lei, que especificará a justa causa para dispensa do trabalhador. Segundo Genoíno, esse mecanismo afastará ainda mais o projeto da Sistematização do conceito de estabilidade no emprego defendido pela esquerda.

O terceiro ponto visto com pessimismo pelo deputado paulista é o da imprescritibilidade dos direitos trabalhistas. A Comissão de Sistematização decidiu que esse princípio deve valer durante dois anos, a partir da rescisão do contrato de trabalho. Conservadores e moderados preferem deixar essa questão fora do texto constitucional.

"Na Sistematização, o centro uniu-se à esquerda", diz Genoíno. "Mas, agora, parece que os centristas caminham para a direita", completa, referindo-se às negociações entre os moderados do "Grupo do Entendimento" e o "Centrão".

## "Centrão" rejeita acordo prévio

por Zanoni Antunes  
de Brasília

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do "Centrão" — grupo suprapartidário integrado por parlamentares moderados e conservadores —, garantiu ontem que não há nenhuma possibilidade de entendimento entre o "Centrão" e os constituintes de esquerda e que o grupo está decidido a alterar o texto aprovado na Comissão de Sistematização. "Não queremos mais saber de reuniões. Vamos votar a reforma em plenário", afirmou Coimbra.

A presença maciça dos integrantes do "Centrão" para a votação da mudança do regimento interno da Constituinte, no próximo dia 4 de janeiro, no entanto, está ameaçada de não se concretizar por falta de quórum, conforme admitiu o coordenador do grupo. Segundo ele, está havendo dificuldade para constituintes conseguirem passagens para o retorno a Brasília devido à superlotação dos vãos.

Embora reconheça que há dificuldades com relação a passagens para os integrantes do "Centrão", o deputado continua expedindo telegramas para a convocação do grupo para o dia 4. "O

nosso desejo é liquidar logo a questão do regimento interno para não atrasar a promulgação da Constituição", garantiu. Coimbra disse ainda que são 35 as propostas do grupo para alterar o texto do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização.

O coordenador do "Centrão" também descartou qualquer possibilidade de entendimento com outros partidos com relação à mudança do regimento interno, principalmente com os de esquerda, mas admite que o grupo tem interesse de negociar "pontos comuns entre o 'Centrão' e o grupo dos 32", integrado por parlamentares de tendência moderada e que têm entre seus líderes a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o senador Virgílio Távora (PDS-CE).

Coimbra também desmentiu uma declaração atribuída a ele de que o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, estaria interessado na desestabilização do grupo: "O doutor Ulysses tem sido imparcial e nunca trabalhou para desestabilizar o grupo", afirmou o coordenador do "Centrão", embora admitisse que cinco parlamentares já deixaram o grupo. "De 316 que assinaram pela formação do 'Centrão' temos hoje 311", garantiu.

Segundo o deputado do PT, a esquerda pretende "jogar pesado" para evitar as mudanças num texto considerado liberal, "semelhante às constituições de Portugal e da Espanha". Faz parte dos planos do grupo insistir na votação das seis emendas que ainda restam ao projeto de regimento interno da Constituinte. Genoíno, no entanto, reconhece que o "Centrão" acabará por derrotar as propostas, que excluem a necessidade de 280 assinaturas para a apresentação de emendas ao texto da Sistematização, impedem a alteração de títulos e capítulos inteiros, fixam a regra pela qual 35 constituintes podem solicitar votação em separado de um item (o regimento aprovado prevê 140), além de extinguir a votação em segundo turno de uma emenda que não atingir maioria absoluta na primeira oportunidade em que for votada.

"Se o 'Centrão' realmente tem 280 parlamentares, que os mantenha o tempo todo em plenário", resume Genoíno, ao defender as propostas do PT, PDT e PC do B para alterações do regimento interno.

O PT, conforme Genoíno, admite a possibilidade de recusar-se a assinar a nova Constituição, "caso não fique nada dos direitos sociais e individuais" após o trabalho do plenário.

## Inflação determinará as eleições, diz Passarinho

por Zanoni Antunes  
de Brasília

O senador Jarbas Passarinho (PA), presidente do PDS, disse ontem que se o presidente da República não tomar medidas capazes de conter o processo inflacionário as eleições presidenciais no próximo ano serão inevitáveis. Segundo o senador, as perspectivas da economia e dos índices de inflação para os próximos meses indicam que o País viverá momentos "sombrios", com agitação nas ruas "ou até convulsão social", observou.

Embora prefira que as eleições presidenciais sejam realizadas em 1989, o senador Jarbas Passarinho analisa que as condições econômicas do País tornarão irresistível a pressão popular pela realização do pleito presidencial, lembrando que alguns já estimam que a inflação do próximo ano poderá alcançar o índice de 600%.

Jarbas Passarinho disse ainda que com o agravamento da crise econômica e social o País se tornaria propício para o surgimento de figuras "radicais", comprometidas com projetos de cunho pessoal e descompromissadas com o

Brasil. Para evitar esse quadro, Passarinho vê como única solução a adoção de medidas fortes para conter o processo inflacionário por parte do presidente José Sarney, "mesmo que elas sejam impopulares".

Na opinião do senador Jarbas Passarinho, as perspectivas do atual governo são as piores, pois entende que, se de um lado são necessárias medidas impopulares, como corte de subsídios e a eliminação dos fatores da dívida pública, de outro, o governo "poderia cair" em razão do desgaste dessas medidas. Passarinho, contudo, afastou no momento qualquer possibilidade de uma nova intervenção dos militares no processo político brasileiro. "Um regime forte não será a solução."

Faça agora mesmo a sua assinatura de

GAZETA MERCANTIL

285.8788 e 800.8788